

## Ata 04 – 2026

Aos dez dias do mês sete de dois mil e vinte e seis, às quinze horas na sala de reuniões do Departamento Municipal de Saúde de Coronel Domingos Soares – Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, nomeados pela Portaria número cinco de dois mil e vinte e seis, conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva deste Conselho. A senhora Silvana Maria Niszcza de Araújo desejou as boas-vindas a todos. Iniciando a reunião, foi realizada a leitura das Atas nº 02 e nº 03 de 2026. Durante a leitura da Ata nº 02, foi registrada a alteração da profissional responsável pela pesagem do Programa Bolsa Família, passando essa atribuição à assistente social Adriana de Lima. Na sequência, o senhor Sebastião Osni Brasil destacou que as ações relacionadas ao Bolsa Família estão bastante avançadas e ressaltou que o município se encontra em bom nível nacional quanto à gestão do programa. Em seguida, foi realizada a leitura da Ata nº 03. Na ocasião, a senhora Sandra Maria da Rosa, diretora do departamento, observou que não havia sido registrado seu comentário referente à ausência de aporte financeiro específico para o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esclarecendo que, atualmente, os atendimentos vêm sendo custeados com recursos livres do município. Dando seguimento à pauta da reunião, a senhora Silvana relatou sua participação em uma capacitação sobre o uso do **Implanon** e, na oportunidade, apresentou ao Conselho o **Protocolo Municipal de Atenção à Saúde da Mulher**, referente à regulamentação do fluxo e dos critérios de prioridade para inserção do **Implanon** como novo método contraceptivo disponibilizado pelo município. Informou que o referido protocolo foi elaborado com o objetivo de normatizar o acesso ao método, garantindo critérios técnicos e equidade na oferta, sendo necessária a apreciação e aprovação do Conselho para sua implantação. Na sequência, foram apresentados os grupos de mulheres prioritárias para inserção do Implanon, organizados em quatro grupos, conforme estabelecido no protocolo. O primeiro grupo contempla mulheres em situação de rua, usuárias de substâncias psicoativas, adolescentes e jovens de 14 a 19 anos com histórico de gestação anterior e em situação de extrema vulnerabilidade social, bem como puérperas cuja gestação mais recente tenha sido classificada como de alto risco. O segundo grupo prioritário é composto por mulheres convivendo com HIV/AIDS ou hepatites virais crônicas, usuárias com transtornos mentais graves ou severos em acompanhamento pela Rede de Atenção à Saúde Mental, mulheres em uso contínuo de medicamentos com alto potencial teratogênico e pacientes com contraindicação absoluta aos métodos anticoncepcionais contendo estrogênio. O terceiro grupo abrange mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou sexual com notificação ativa na rede municipal de proteção, além de mulheres com histórico documentado de falha repetida ou dificuldade de adesão aos métodos contraceptivos de rotina. O quarto grupo compreende as demais mulheres com idade entre 14 e 49 anos que manifestem interesse pela utilização de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs), desde que sejam descartadas contraindicações clínicas gerais e haja disponibilidade do método em estoque no município. Após a apresentação dos grupos prioritários, a senhora Silvana destacou que

os índices de gravidez na adolescência no município encontram-se controlados, ressaltando que o objetivo de reduzir o número de casos vem sendo alcançado. Em seguida, a senhora Sandra esclareceu que os dados apresentados no protocolo são baseados em estudos realizados no próprio município e que a definição dos grupos prioritários foi elaborada considerando a realidade e as necessidades locais. Dando continuidade à apresentação do protocolo, foram expostas as contraindicações absolutas para inserção do Implanon, sendo elas: gravidez confirmada ou suspeita, sangramento vaginal de causa indeterminada, presença ou histórico de câncer de mama ou de tumores sensíveis aos progestógenos e evento tromboembólico venoso ativo. Na sequência, foi apresentado o fluxo operacional e as atribuições da equipe responsável pela execução do protocolo. Inicialmente, é realizada a identificação das usuárias elegíveis, seguida da consulta de planejamento. Posteriormente, procede-se à avaliação da segurança clínica, com o objetivo de evitar a inserção inadvertida do dispositivo em mulheres grávidas. Estando a usuária apta, realiza-se o procedimento de inserção do Implanon, seguido do devido registro técnico em prontuário e do monitoramento pós-procedimento, com acompanhamento e seguimento conforme estabelecido no protocolo. Após a apresentação, a senhora Cristiane Terezinha de Oliveira Santos Brasil questionou sobre os possíveis efeitos colaterais decorrentes da utilização do Implanon. Em resposta, a senhora Silvana esclareceu que os principais efeitos podem incluir alterações no ciclo menstrual, como irregularidade ou ausência de menstruação, surgimento de acne e hematomas no local da inserção do implante, ressaltando que este último é uma reação considerada normal após o procedimento, já que o mesmo é minimamente invasivo. Na sequência, a senhora Taciana de Fatima Marquezotti Bolzan Rochemback destacou a importância da consulta de planejamento, enfatizando que esse momento é fundamental para esclarecer todas as dúvidas das pacientes quanto ao procedimento, ao método contraceptivo e aos possíveis efeitos, evitando solicitações de retirada motivadas por insegurança ou falta de informação. Senhora Silvana ressaltou ainda que, embora as usuárias tenham o direito de solicitar a retirada do Implanon a qualquer momento, a orientação da equipe é para que o método seja mantido durante o período de eficácia previsto, de três anos, salvo em situações que justifiquem sua remoção antecipada. O protocolo foi submetido à apreciação do Conselho, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. A senhora Silvana informou que, após sua aprovação, o **Protocolo Municipal de Atenção à Saúde da Mulher** passará a ser amplamente divulgado, juntamente com os critérios dos grupos prioritários para acesso ao Implanon. Esclareceu ainda que será organizada uma lista de espera, respeitando a ordem de prioridade estabelecida no protocolo e a demanda existente no município, observando também a disponibilidade do método. Após a aprovação, a senhora Sandra e o senhor Sebastião Osni elogiaram o protocolo apresentado, destacando que o projeto se encontra muito bem elaborado, com critérios claros e informações devidamente esclarecidas, demonstrando organização e fundamentação técnica para sua implantação. Na sequência, a senhora Taciana apresentou mais um questionamento, indagando se o Implanon poderia ser encaminhado à maternidade, assim como em alguns casos ocorre com o dispositivo intrauterino (DIU), para que sua inserção fosse realizada ainda durante o período de internação.

Em resposta, a senhora Silvana esclareceu que, a inserção do Implanon está prevista para ocorrer aproximadamente quarenta e cinco dias após o puerpério. Ressaltou, entretanto, que, por se tratar de um método recentemente implantado, os métodos poderão sofrer alterações futuramente, considerando que a área da saúde está em constante atualização e aprimoramento, acompanhando novas evidências e diretrizes técnicas. Dando seguimento à pauta, o senhor Augusto Antônio de França, representante do setor de Vigilância em Saúde, apresentou informações referentes às ações e indicadores do departamento. Inicialmente, informou que uma das metas do PROVIGIA não foi alcançada, sendo ela a cobertura do acompanhamento nutricional, indicador que possui relação direta com o Programa Bolsa Família. Destacou que o município necessita elevar esse índice em um ponto percentual para ampliar o recebimento de recursos destinados à área. Na sequência, o senhor Augusto apresentou a Nota Técnica Conjunta nº 02, elaborada pela Defesa Civil e pelo SIMEPAR, realizando uma breve explanação sobre o fenômeno El Niño, caracterizado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico. Ressaltou a preocupação com o encerramento do período de neutralidade climática e destacou que a Região Sul é historicamente uma das mais afetadas pelos impactos desse fenômeno, especialmente em razão da ocorrência de chuvas intensas, alagamentos e enchentes. Em seguida, foi comentado sobre o Plano de Contingência do Departamento, informando que o documento já foi encaminhado à Defesa Civil. Também comunicou a criação do Comitê de Contingência, composto por um representante de cada setor, bem como a implantação de planilhas com atualização semanal contendo o levantamento de pacientes acamados e daqueles que poderão estar em situação de maior vulnerabilidade em caso de desastres naturais. Foi também esclarecido que a elaboração do Plano de Contingência e a adoção de outras medidas têm caráter exclusivamente preventivo, não havendo a intenção de gerar preocupação ou pânico na população. Durante as manifestações, a senhora Sandra comentou sobre a aquisição de uma ambulância traçada, destacando que o veículo facilitará o acesso às comunidades da área rural para atendimento de pacientes em situações de risco ou de difícil acesso. Na sequência, a senhora Cristiane solicitou que, em situações de desastres, os servidores envolvidos no atendimento também recebam o suporte necessário, ressaltando que, para que possam prestar assistência à população de forma adequada, é fundamental que eles próprios sejam amparados. Em resposta, a senhora Sandra esclareceu que essa previsão já consta no Plano de Contingência, informando ainda que cada departamento elaborará seu plano setorial e, posteriormente, todos serão integrados para a elaboração do Plano Municipal de Contingência. Prosseguindo com a pauta, o senhor Augusto Antônio de França apresentou o Programa de Monitoramento das Ovitrapas, expondo, na sequência, os dados obtidos pelo sistema. Durante a apresentação, emitiu um alerta de extrema urgência em razão dos elevados índices de infestação dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, este último considerado um vetor secundário da dengue. Foi destacado que um dos principais focos de proliferação dos mosquitos no município são os pneus descartados de forma inadequada, ressaltando a necessidade de sua eliminação para reduzir os criadouros. O senhor Augusto esclareceu ainda que a Vigilância em Saúde não possui competência para realizar a retirada desses materiais, sendo sua atribuição o monitoramento, a coleta e a análise dos dados, bem como a comunicação dos resultados aos órgãos competentes. Por fim, informou que será realizada uma reunião com a senhora Prefeita Maria Antonieta de Araújo Almeida e

com o Diretor do Departamento de Meio Ambiente para apresentação dos dados levantados, com o objetivo de discutir e definir ações conjuntas voltadas à eliminação dos focos de proliferação das larvas dos mosquitos e ao fortalecimento das medidas de prevenção e controle. Na sequência, o senhor Edson Luiz Favero apresentou a Resolução SESA nº 796/2026, informando que, por meio desse, o município foi contemplado com o recebimento de uma ambulância, destinada ao fortalecimento da estrutura e da capacidade de atendimento da rede municipal de saúde, a qual foi aprovada pelo conselho. Finalizando a pauta da reunião, a senhora Sandra informou sobre a contratação de cirurgias eletivas junto ao Hospital de Palmas. Esclareceu que a medida foi adotada em razão de muitos pacientes estarem sendo encaminhados para realização dos procedimentos em municípios distantes, o que dificulta o acesso e gera gastos elevados e transtornos aos usuários. Destacou que, com a formalização desse contrato, será possível realizar as cirurgias em local mais próximo, proporcionando maior comodidade aos pacientes e contribuindo para a ampliação do acesso aos procedimentos eletivos. Nada mais havendo a tratar a senhora Silvana agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu Helena Teixeira Damasceno, secretária Ad Hoc deste Conselho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.